

O PAPEL DA CLEMÊNCIA SENEQUIANA NA NARRATIVA DOS ANNALES DE PUBLIUS CORNELIUS TACITUS

*Ygor Klain Belchior**

*Fábio Faversoni***

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar a noção de clemência senequiana dentro do recorte histórico do Principado de Nero, com a intenção de verificar se o *princeps* descrito por Tácito a pratica ou se afasta dela. Nossas fontes são a historiografia sobre o Principado legada por Públio Cornélio Tácito através em seu *Annales* e o *De Clementia* de Sêneca.

PALAVRAS-CHAVE: Tácito; Sêneca; Nero; *Quinquennium neronis*, *clementia*.

THE ROLE OF SENECA'S CLEMENTIA IN THE ANNALES OF PUBLIUS CORNELIUS TACITUS.

ABSTRACT: This article aims to analyse Seneca's notion on *clementia*. Our study assume the principate of Nero as an historical frame. We check if the *princeps* described by Tacitus practice it or not. Our sources are the historiography of the principate, a legacy from Tacitus, in his *Analles* and Seneca's *De clementia*.

KEYWORDS: Tacitus; Seneca; Nero, *Quinquennium neronis*, *clementia*.

INTRODUÇÃO

Pesquisamos se a noção de clemência senequiana, dentro do recorte histórico do Principado de Nero, foi considerada por Tácito em sua narrativa do governo deste *princeps*. Este trabalho tem por fontes documentais os capítulos dos *Anais* em que Públio Cornélio Tácito trata do governo de Nero e o *Sobre a clemência* de Sêneca. Nossa hipótese é que Tácito utiliza de instrumentos retóricos em sua narrativa do principado neroniano, dividindo assim o governo de Nero em duas partes; uma primeira quando este estava sob a tutela de Sêneca e de Burro e a segunda com um governo desregrado, sob o controle de Tigelino. A partir daí, a necessidade da leitura da obra taciteana ser feita tendo em mente a existência deste "filtro", que pode levar a uma interpretação enviesada da participação de Sêneca e Tigelino no *consilium principis*.

Para tanto, realizaremos uma leitura dos julgamentos presididos por Nero, no intuito de

* Graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, Bolsista de Iniciação Científica do PIVIC, Departamento de História. Pesquisador do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano. E-mail: ygorklain@gmail.com.

** Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Pesquisador do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano. E-mail: faversan@ichs.ufop.br (Orientador).

verificarmos se realmente a clemência como é descrita por Sêneca é aplicada pelo jovem imperador durante a narrativa dos *Anais* e se há alguma alteração ao longo de seu principado.

TÁCITO E OS ANAIS

Cornélio Tácito nasceu entre os anos de 54 e 56 d.C. Não sabemos ao certo sua data de nascimento, nem o lugar preciso onde tal nascimento se deu. Acredita-se que tenha nascido em Terni, na Úmbria, Itália. Seu falecimento parece ter ocorrido por volta do ano 120, em Roma. Durante sua vida de aproximadamente 64 anos, atravessou o governo de diversos imperadores. Entre esses imperadores se inclui Nero, sob cujo reinado nasceu. Sua carreira política começou durante o reinado de Vespasiano, atuando, provavelmente, como questor. Sob o governo de Tito foi, presumivelmente, tribuno (80-81), quando possuía, provavelmente, 25 anos de idade.

Especula-se que Tácito escreveu suas obras entre 75 e 115 d.C., diante de uma evidente preocupação em mostrar os conflitos presentes entre os grupos sociais e a instituição legitimada pela autoridade do soberano, em um misto de ressentimento e autocrítica diante das denúncias que este faz principalmente aos próprios membros da aristocracia, da qual ele faz parte. (GALVÃO 2004, 315-332)

Foi autor dos *Anais*, onde nos é apresentada a história dos imperadores da linha Juliana, partindo de Tibério e chegando a Nero. Esta obra compreende, portanto, o período que vai do ano 14 ao ano 68 da era cristã. Foi considerada pelos pensadores políticos desde o século XVIII como uma crítica ferrenha ao autoritarismo imperial, o que permitiu que fosse enquadrada no contexto de críticas políticas às monarquias européias – entre o Renascimento e o século XVIII - e até mesmo aos regimes nazista e fascista da primeira metade do século XX. (JOLY 2005, 118)

As obras de Tácito são uma das principais fontes sobre os períodos Júlio-Claúdio e Flávio. Estas começaram a ser escritas nos marcos do principado de Trajano. É regra geral entre as suas obras, independente do assunto que elas tratem, a observação e crítica sobre a conduta moral e política no Principado baseado em seus severos critérios de moralidade.

Ao analisarmos a obra *Anais* de Tácito, podemos perceber a presença de diversas fronteiras internas ao governo de Nero. Uma dessas fronteiras, construída por uma tradição intelectual, vem da crítica historiográfica ao imperador Nero que, após ser investido do título de *imperator*, realiza um governo marcado pelas influências de Sêneca, Burro, Agripina e Tigelino. Personagens que, por possuírem uma efetiva participação no *consilium principis*, exerciam o poder do Imperador em seu nome, se tornando em muitos casos os patronos do Império.

Essa fronteira delimitada dentro desta unidade empírica, o principado neroniano, pode ser percebida através da leitura das fontes e das produções historiográficas que descrevem o principado neroniano. Essa divisão arbitrária que impõe qualidades ao governo neroniano nos é apresentada de duas maneiras distintas: A primeira é através da leitura das fontes que tratam o principado, e a segunda pode ser feita através do estudo da historiografia moderna sobre o tema,

fruto de influências diretamente legadas pelas fontes.

Como exemplo, na coletânea de biografias “A vida dos doze Césares”, escrita por Suetônio. Em sua *vita Neronis*, o autor divide o principado de Nero em uma fronteira identificada por conceitos políticos específicos.

Na primeira divisão do governo de Nero, Suetônio faz referência ao “bom governo” realizado pelo *princeps*. Segundo ele, Nero ao ser aclamado imperador prometeu a distribuição de riquezas ao povo e uma gratificação aos soldados, e assim o fez:

Na ânsia de dar uma idéia mais nítida do seu caráter, após haver declarado ‘que reinaria de acordo com os princípios de Augusto’, não perdeu nenhuma ocasião de demonstrar a sua liberalidade [*liberalitas*], sua clemência [*clementia*] e até mesmo sua amabilidade [*comitas*]. Aboliu ou diminuiu os impostos mais pesados. Reduziu a um quarto os prêmios concedidos aos delatores pela lei Pápia. Depois de ter distribuído ao povo quatrocentos sestércios por cabeça, estabeleceu para os senadores mais nobres, porém sem fortunas, um ordenado anual que montava, para alguns, até cem mil sestércios. E, da mesma forma, às cortes pretorianas, uma ração de trigo anual gratuita. Certo dia em que o convidaram a assinar uma condenação capital, disse: “Queria não saber escrever!”. Saudou todos os membros das duas ordens correntemente e de memória. Ao senado que lhe endereçava ações de graça, respondeu: “Quando eu as tiver merecido”. Admitiu o povo nos exercícios no Campo de Marte. Ofereceu numerosíssimos espetáculos de todos os gêneros. Jogos da juventude, jogos do circo, jogos cênicos, combates de gladiadores” (SUETÔNIO).

Nero aparece aqui sob uma forte luz favorável por ter exercido suas obrigações com os grupos que constituíam a *respublica*: o povo, os soldados e o Senado. Além disso, atou como *paterfamilias* cuidando de casos que foram declarados por Suetônio como de extrema importância para Roma. Como pode ser percebido, o biógrafo entatiza a enumeração das virtudes imperiais que Nero adotou: *liberalitas*, *clementia* e *comitas* [princípios de Augusto].

Inversamente, quando o autor passa a descrever o outro lado da fronteira do governo neroniano, passando a expor os “atos vergonhosos e criminosos” de Nero, Suetônio apresenta ao leitor um *princeps* disposto a satisfazer os seus interesses pessoais, sobretudo artísticos, transmitindo a imagem desvinculada da ideologia senatorial. Esta crítica se dá principalmente no campo artístico, onde o imperador se exibia através de aparições em espetáculos, dentro e fora de Roma.

A partir desse ponto, as demais menções ao imperador se centram exclusivamente em sua personalidade e em sua forma de agir completamente autônoma, desconsiderando o Senado, o Exército e o povo de Roma, grupos que davam sustentação política para seu governo. Quando,

por exemplo, viajou à Grécia para participar de um concurso de música em Corinto, o autor o criticou por negligenciar os assuntos da cidade. Outra crítica feita à figura de Nero foi relativa ao seu caráter não-militar, visto que, segundo Suetônio, o *princeps* trocava suas atribuições militares pelas artísticas, fazendo incursões pelo império a fim de promover espetáculos e fazer concursos de canto e teatro, descrevendo a volta do imperador como uma paródia:

De volta da Grécia, entrou em Nápoles, onde estreara como artista, num carro tirado por cavalos brancos, passando por uma brecha aberta na muralha, segundo o uso dos vencedores nos jogos sagrados. A mesmíssima coisa fez em Âncio, mais tarde em Alba, finalmente em Roma; aqui, porém, entrou no carro que servira outrora aos triunfos de Augusto, vestido dum manto de púrpura, com uma clâmide respingada de estrelas de ouro, à testa a coroa olímpica e a pítica na mão direita, enquanto as outras coroas eram carregadas pomposamente diante dele, com inscrições que indicavam o lugar, o nome dos seus concorrentes, o assunto dos cânticos e das peças em que saíra vencedor. Claquiatas seguiam o carro, como nas ovações, aos gritos de que eram eles os augustanos e os soldados de seu triunfo¹.

Nessa passagem extraída da biografia de Nero, fica clara a caracterização do imperador como o inverso da imagem de imperador ideal. Nero, ao invés de ser o *pater familias*, e de atuar para que as estruturas e os órgãos da *respublica* (senado e magistraturas, legiões, pretório, províncias e as magistraturas urbanas) funcionem, passa, então, a mostrar as deficiências de seu caráter como, por exemplo: *petulantia*, *libido*, *luxuria*, *avaritia* e *crudelitas*, que se contrapõem às virtudes imperiais já mencionadas, ou seja, *liberalitas*, *clementia* e *comitas*, “componentes do repertório ideológico do Principado desde Augusto” (JOLY 2005, 122).

Através da leitura dos *Anais* podemos perceber que os primeiros anos do governo de Nero também foram marcados por disputas internas envolvendo sua mãe, Agripina, e seus conselheiros, Burro e Sêneca. Segundo Tácito, “o maior trabalho, porém, que eles [Sêneca e Burro] tinham era o de reprimir a ferocidade de Agripina, que devorada de todas as paixões, filha de uma perversa ambição” (*Anais*, XIII, 2, 3)².

Desde o início do governo de Nero, Sêneca ajudou o Imperador a ocultar os seus vícios e maldades, a começar por encobrir o romance do Imperador com a liberta Acte, e por fim ajudando Nero a resolver junto ao Senado a impressão que ele fora o assassino de sua mãe Agripina.

¹ SUETÔNIO. A vida dos Doze Césares. Nero. Apresentação Carlos Heitor Cony & Tradução Sady-Garibaldi. Editora Tecnoprint S.A. Rio de Janeiro. P.194.

² Certamen utriusque unum erat contra ferociam Agrippinae, quae cunctis malae dominationis cupidinibus flagrans.

Nos livros XII a XVI dos *Anais*, Anneu Lúcio Sêneca junto com Afrânio Burrus são caracterizados por Tácito como os controladores, até onde era possível, das paixões do jovem Imperador e das artimanhas de sua mãe Agripina. Segundo Tácito, Sêneca foi escolhido como preceptor de Nero graças “a sua arte de ensinar a eloquência, e pelas graças e honesta amenidade de caráter” (*Anais*, XIII, 2, 2)³

O autor deixa clara a influência de Sêneca durante o principado neroniano. Segundo ele, o pronunciamento inicial do imperador fora composto por seu tutor. Tácito afirma que “sendo obra de Sêneca, havia sido muito bem trabalhado, e era digno do gênio brilhante do autor, mui conforme com o gosto do tempo” (*Anais* XIII, 3, 1)⁴.

Neste discurso inicial, Nero asseverou que

nunca se constituiria juiz de todas as coisas, porque não podendo ouvir-se fora do recinto do palácio as vozes dos acusadores e dos réus, a sorte desses últimos viria então só a depender dos caprichos de alguns vândos. Que da sua corte desterraria a venalidade e as intrigas; e que os interesses da República haviam de ser independentes dos negócios da sua casa. Que o senado gozaria de toda a sua antiga jurisdição” (*Anais* XIII, 4, 3- 4)⁵.

Já, em um segundo momento, Nero é retratado como uma figura manipulada por um eqüestre chamado Tigelino, homem muito ambicioso que teria incentivado Nero a centralizar o poder cada vez mais. Com isso, o Imperador teria caminhado para um progressivo isolamento, caracterizado pela centralização do poder em detrimento do Senado e do exército, culminando, em 68 d.C., com eventos que a parte preservada dos *Anais* não traz, mas que conhecemos por outras fontes: Nero foi destronado e obrigado a se suicidar.

A historiografia moderna tende a seguir Tácito no que tange as influências que esse imperador recebeu durante o seu governo. Essa tradição intelectual tende a analisar a obra taciteana tendo em vista a fronteira que envolve o governo de Nero e que compartimenta seu principado em dois momentos. A primeira parte de seu governo, nomeada por muitos historiadores como *quinquennium neronis*, teria sido positivo à medida que os vícios do *Princeps* e os excessos de sua mãe teriam sido controlados por Sêneca e Burrus. A mudança de qualidade do governo ocorre com a morte de Burro e a afastamento de Sêneca do poder, levando ao período considerado como um mau governo, quando Nero teria sua administração voltada aos vícios por sua própria vontade e pela influência negativa de Tigelino.

³ Seneca praeceptis eloquentiae et comitate honesta.

⁴ Quamquam oratio a Seneca compósita multum cultus praeferret, ut fuit illi uiro ingenium amoenum et temporis eius auribus accommodatum.

⁵ Non enim se negotiorum omnium iudicem fori, ut clausis unam intra domum accusatoribus et reis paucorum potentia grassaretur; nihil in penatibus suis uenale aut ambitioni peruium; discretam domum et rem publicam. Teneret antiqua munia senatus.

A expressão *quinquennium neronis*, cunhada por Aurelius Victor, no século IV em sua obra Césares, e atribuída ao imperador Trajano, faz referência aos anos em que Nero exercendo um “bom governo” realiza grandes reformas na área urbana da cidade após o incêndio de 64. Portanto, o *quinquennium* não se referiria originalmente ao período inicial do governo.

Concordando com essa hipótese, o historiador J.C.C. Anderson escreve que o *quinquennium* em questão corresponde aos cinco anos finais de governo. Segundo ele:

It was in the last quinquennium that Nero found an unequalled opportunity of satisfying his craze for building. In the year 64 occurred the great fire which reduced a large part of the Rome to ashes, and the rest of the reign was occupied with the work of rebuilding the city on a round and Stately plan, and of constructing that uncommendable triumph of the architect's skill, the Golden Palace, with all its marvels of art and luxury and picturesque surroundings. (ANDERSON 1989, 177)

Contudo, para pesquisadores como J.G.F. Hind (HIND 1988, 629) e M.K. Thornton (THORNTON 1989, 119), os anos do “bom governo” de Nero foram os cinco anos intermediários (60 - 65 d.C), onde o *princeps* teria realizado as construções do porto de Óstia e da *Domus Transitoria*.

De qualquer forma, a historiografia sobre o principado neroniano concorda que *there is one and only one clear turning-point: it is, marked by the year 62, when the joint administration of Seneca and Burrus gave place to the sole rule of Nero* (ANDERSON 1989, 177). Ou seja, a fronteira entre bom e mau governo de Nero teria se consolidado após a morte de Burrus e o afastamento de Sêneca, que ocorrem em 62. Assim, aceitando essa divisão, de um “bom governo” de 54 a 62 e de um “mau governo” de 62 a 69, teríamos um quinquennium de nove anos.

Segundo Scullard, Nero foi elevado ao poder aos dezesseis anos de idade graças às artimanhas inescrupulosas de sua mãe Agripina. Sua carreira política foi marcada por disputas entre seus conselheiros, Burro e Sêneca e sua mãe. Para este autor, após o assassinato de sua mãe, Nero *would be glad to free himself from the role of puppet-king* (SCULLARD, 2001: 305). Nesse sentido, a imagem que o autor nos passa é a de um governante que era controlado pelas pessoas que estavam ao seu redor, porém que lutava, sem sucesso, para se libertar delas.

Rostovtzeff descreve que Nero ascendeu ao trono de forma irregular e reafirma que durante seu governo foi influenciado por Burro e Sêneca, de uma parte, e pela sua mãe Agripina, de outra. No início de seu Principado, ocorre o assassinato de Britânico, seu meio-irmão (filho de Cláudio com Messalina e herdeiro potencial do trono) e uma seqüência de atentados terríveis, inclusive o assassinato de sua mãe Agripina que “tentou usá-lo como fantoche no poder” (ROSTOVTZEFF, 1977: 195). O imperador governa “perturbado por Sêneca e Burro que o haviam

educado e desejam orientá-lo como jovem” (ROSTOVTZEFF, 1977: 198). Com o afastamento de seus tutores, Nero entra em choque com a hostilidade e o desprezo dos que o cercam. Em suma, na visão deste autor, teria sido um governo marcado pelo terror e o massacre de todos os suspeitos que não simpatizavam com ele ou com seus métodos de governo.

Segundo Miriam Griffin, Tácito e Dião Cássio *agree that Seneca shared with Burrus the responsibility for Nero's early reign* (GRIFFIN 1992, 68), e que durante esses bons anos de administração *these two men were responsible for the administration [...] they aimed however, at promoting the wellbeing of the empire, and least economic prosperity* (GRIFFIN 1992, 68).

Devido à importância dada por esses autores a Sêneca, somos levados a levantar uma hipótese: se era Sêneca que controlava o imperador nos primeiros anos de Principado, que foram considerados bons, o *princeps* devia seguir alguns pressupostos políticos de seu preceptor, dentre eles a clemência. Daí a importância de analisarmos a ideologia desse regime sob a ótica de Sêneca e, através de uma análise dos julgamentos dirigidos pelo *princeps*, se Nero se afasta ou segue seus ensinamentos.

A CLEMÊNCIA SOB NERO

O fato do tratado *Sobre a clemência* ter sido composto nos primeiros anos da administração neroniana, o relaciona com o que grande parte da historiografia tende a reconhecer como o período em que Nero, gozando de grande influência de seus conselheiros Sêneca e Burro, exerce uma excelente administração. Depois, teria havido uma mudança de qualidade no governo de Nero em razão da alteração de seus conselheiros diretos.

Dentro dessa problemática, realizamos um levantamento de todos os julgamentos presididos pelo *princeps* dentro da narrativa de Tácito (*Anais* XII, 69 a XVI), com o intuito de verificar se Nero realmente seguiu em seu governo a clemência tal como é descrita por Sêneca.

Segundo Miriam Griffin em seu livro “Seneca: a Philosopher in Politics”, *Suetonius prove that Nero delegated more cases than other emperors* (GRIFFIN 1992, 111); e, segundo a autora, *the clementia would show principally in the exercise of jurisdiction* (GRIFFIN 1992, 123). Para verificarmos a influência da clemência senequiana dentro da obra de Tácito, portanto, realizaremos um estudo dos julgamentos presididos por Nero.

Esses acontecimentos serão analisados em dois momentos distintos, o primeiro que vai do ano da ascensão de Nero ao poder, em 54, quando Nero supostamente teria posto em prática o preceito senequiano da clemência, até a morte de Burrus, prefeito da guarda Pretoriana em 62; e o segundo, daí até 66 (quando se encerra o relato que chegou até nós), onde o imperador realiza um governo autoritário.

Passaremos agora para a análise da obra *De clementia*.

No início deste tratado podemos encontrar um vasto vocabulário jurídico e religioso:

“Eu [Nero] sou o arbítrio de vida e de morte desta gente. Está em minhas mãos a qualidade de sorte e da posição que cabe a cada pessoa. Por minha boca, a fortuna anuncia o que deseja que se reserve a cada mortal [...] tudo é alçada do meu legal prazer” (*De clementia* I, 2)⁶.

Sendo assim, o César adquire um caráter divino, tendo apenas que prestar contas aos deuses. Sêneca, em *De Clementia*, desenha o imperador como o elemento que dá coerência à massa humana discordante que habita o Império. Para ele, o imperador dentre todos os mortais deve ser um eleito para desempenhar o papel dos Deuses aqui na terra. Um bom imperador, assim, produzirá um bom povo: “Essa imensa multidão, reunida em torno de um só ser vivente, governada pelo seu espírito, dobrada pela sua razão, será oprimida e despedaçada pelas suas próprias forças se não for sustentada pela sabedoria” (*De clementia* I, 1)⁷.

Todas as coisas que forem confiadas ao César estariam seguras, e nada de mau se prepararia contra o Estado, nem pela violência, nem em segredo. Para ele, o príncipe era revestido de inocência. E não existe ninguém que não esteja satisfeito com a sua Clemência, preparada para velar sobre todos os erros humanos (Cf. FAVERSANI 2001, 138).

Para Sêneca, a clemência é necessária também porque garante a segurança do príncipe. Em sua obra, o filósofo utiliza vários exemplos para ilustrar sua hipótese. Segundo ele, Augusto perdoa aquele que o tentou matar (processo de Cina), oferecendo um consulado e transformando-o em seu herdeiro (*De Clementia*. I, 9, 1-12).

Nero, como a imagem do bom imperador, deve ser contrário aos erros da natureza humana, mas apenas para corrigi-los: “Cólera brutal e inexorável não fica bem em um rei, pois não o eleva muito acima daquele a quem se iguala ao irritar-se” (*De Clementia*. III, III, 6)⁸, pois “o reinado cruel é perturbado por trevas, não permanecendo inabalado” (*De Clementia*. III, V, 3)⁹. Para Sêneca, o Estado deve ser conduzido à salvação e à segurança, através da clemência.

Além deste exemplo são enumerados pelo autor diversos personagens que haviam conspirado contra Augusto, os quais foram eliminados. O fato de terem sido suprimidos pelo príncipe de nada valeu, pois novos conspiradores tornaram a aparecer. Segundo Sêneca:

⁶ Ego uitae necisque gentibus arbiter; qualem quisque sortem statumque habeat, in mea manu positum est; quid cuique mortalium fortuna datum uelit, meo ore pronuntiat [...] mea iuris dictio est.

⁷ In hanc immensam multitudinem discordem, seditiosam, inpotentem, in perniciem alienam suamque pariter exultaturam, si hoc iugum fregerit.

⁸ Non decet regem saeuva nec inexorabilis ira, non multum enim supra eum eminet, cui se irascendum exaequat.

⁹ Crudele regnum turbidum tenebrisque obscurum est inter trementes.

“a clemência é a moderação que retira alguma coisa de uma punição merecida e devida. Reclamar-se-á que nenhuma outra virtude faz a ninguém menos do que lhe é devido. Mas, de qualquer maneira, todos entendem o seguinte: é a clemência que faz desviar a punição pouco antes da execução que poderia ter sido estabelecida por merecimento” (*De clementia* II, 1, 2)¹⁰

Contudo Sêneca nos oferece uma advertência quanto à aplicação da clemência, segundo ele:

“não é oportuno ter uma clemência promíscua e banal, nem uma clemência inacessível, pois tanto é cruel perdoar a todos como a nenhum. Devemos manter um padrão, mas como todo comedimento é difícil, tudo o que for além da equidade deverá pender para o lado mais humanitário” (*De clementia* I, II, 2)¹¹.

Assim, para o filósofo era fundamental manter a ordem pública - e a ordem naquela conjuntura, era representada pela figura do Imperador que possuía a clemência como o elemento articulador da ordem. Porém, cabe ressaltar que Ordem Imperial não se confunde com o poder imperial, a figura do imperador é apenas o elemento ordenador desta, podendo em muitos casos perturbar a ordem vigente.

Vejamos, pois, através da leitura dos *Anais*, como Nero se portou diante do julgamento das acusações de conspiração, injúrias e de lesa-majestade.

No ano de 55, foi declarado a Nero, por Páris¹², que Agripina tramava uma conspiração contra o imperador, por meio da qual se casaria e faria proclamar imperador, Rubélio Plauto, descendente de Augusto. Agripina, chamada à presença de Sêneca e de alguns libertos, que serviam de testemunhas (*Anais* XIII, 21) pôde então se defender. Durante sua defesa solicitou uma audiência com Nero, em que, sem se desculpar, talvez para não levantar suspeitas (*Anais* XIII, 21) pediu apenas que seus delatores fossem punidos e que alguns de seus amigos fossem recompensados. Nero concedeu os benefícios que ela reclamava e executou as demais

¹⁰ ... clementiam esse moderationem aliquid ex merita ac debita poena remittentem; reclamabitur nullam uirtutem cuiquam minus debito facere. Atqui hoc omnes intellegunt clementiam esse, quae se flectit citra id, quod mérito constitui posset.

¹¹ Nec promiscuam habere ac uulgarem clementiam oportet nec abscisam; nam tam omnibus ignoscere crudelitas quam nulli. Modom tenere debemus; sed quia difficile est temperamentum, quidquid aequo plus futurum est, in partem humaniorem praeponderet.

¹² Na narrativa de Tácito, o rumor partiu de Júlia Silana - inimiga de Agripina por certas ofensas ocultas (*Anais* XIII, 19) – e foi transmitido a Domicia tia de Nero – porque entre Agripina e Domicia havia uma aversão implacável (*Anais* XIII, 19).

sentenças. Dentre os delatores, Júnia Silana foi exilada; Calvíbio e Itrúrio, clientes desta última, “relegados”; Antímeto, liberto de Domícia, condenado à morte; Páris e Plauto não sofreram pena alguma (*Anais XII*, 22).

Neste mesmo ano, ocorreu uma nova denúncia em que foram acusados Palas e Burro de conspiração e tentativa de transmitir o império à Cornélio Sula ¹³. O delator Peto foi reconhecido como falsário. Palas e Burro foram inocentados e o acusador pagou com um banimento rigoroso (*Anais XIII*, 23).

No ano de 58, o mesmo Cornélio Sula fora acusado por um dos seus libertos que planejava um atentado contra a vida do imperador. Deu-se por prova alguns criados do César, que haviam sido intimidados (*Anais XIII*, 57), embora fosse do saber de todos que Sula era um homem medroso e incapaz de tal atrevimento, foi condenado ao desterro.

Já em 62, Tácito relata o processo de lesa-majestade a que Antístio Sosiano foi submetido por haver proferido uma sátira com versos injuriosos a Nero (*Anais XIV*, 48-49). Num primeiro momento, Júnio Marcelo cônsul designado propôs sua destituição da pretura e, segundo as leis, a aplicação da pena de morte ¹⁴. Traséia Peto, no entanto, propôs que fossem confiscados os bens do acusado e que este fosse deportado para alguma ilha, “pois quanto mais durasse a sua vida criminosa, muito mais desgraçado ele seria, assim como um exemplo notável de pública clemência” (*Anais XIV*, 48). Nero, sendo solicitado pelo Senado, concordou com a proposta de Traséia.

Por um crime semelhante foi perseguido Fabrício Vejento (*Anais XIV*, 50), que escreveu um *Codicilo* composto por injúrias contra os senadores e sacerdotes. Provada a acusação, Nero mandou que Vejento fosse banido da Itália e mandou queimar seu livro.

Em suma, de 54 a 62, podemos observar que das cinco acusações analisadas, foram três casos de injúrias contra a pessoa Nero (*Anais XIII*, 21; XIII, XXIII e XIII, 48), uma acusação de lesa-majestade (*Anais XIV*, 48- 49) e um caso de injúria contra senadores e sacerdotes (*Anais XIV*, 50). Dentre esse processos foram condenados a morte apenas os acusadores de conspiração por parte de Agripina. Plauto e Sula ¹⁵, que foram supostamente acusados de conspiração, não sofreram nenhum tipo de condenação. Em outro processo, Sula foi desterrado, assim como, Antístio Sosiano - acusado de lesa-majestade - e Fabrício Vejento.

Como podemos observar, apesar da gravidade de algumas acusações, Nero proferiu sentenças abrandadas que poderiam lhe dar a fama de clemente. O único crime que foi punido com a morte foi à delação de Antímeto, liberto de Domícia, talvez por influência ou vingança de

¹³ Neste processo, Fausto Cornélio Sula Félix foi absolvido. Porém foi morto em 63, juntamente com Rubélio Plauto, por motivo de manutenção da ordem pública.

¹⁴ Pela Lei das doze Tábuas tinha pena de morte os crimes de lesa-majestade.

¹⁵ Sula sofreu desterro após a acusação de atentar contra a vida de Nero.

Agripina.

Com o afastamento de Sêneca em 62, Nero passou a ser controlado, na narrativa de Tácito, por um eqüestre chamado Tigelino. Como vimos, a partir desse momento ocorre uma mudança de “qualidade” no julgamento do governo de Nero, já que este imperador teria se voltado aos vícios e a realização de um governo autoritário. Como resultado desse governo autoritário, Nero sofreu forte oposição dos membros das casas senatoriais, como a conspiração que proveio da casa de Pisão, até que em 58 foi deposto (infelizmente a narrativa taciteana dos *Anais* que correspondem aos anos de 57 a 58 foram perdidas). Portanto, analisarei a conspiração que teve maior repercussão dentro da narrativa neroniana, ou seja, a conspiração pisoniana.

No ano de 65, fora tramada a conspiração de Pisão (*Anais* XV, 48-74) cujo objetivo era destituir Nero do poder. Delatada a conjuração e seus participantes, inúmeras sentenças foram proclamadas, dentre elas, por exemplo, as de Pláucio Laterano e Súbrio Flávio (*Anais* XV, 47), que foram decapitados; e a de Sêneca (*Anais* XV, 60 - 65), constrangido ao suicídio. Morreram ainda Sulpício Ásper e Fênio Rufo (*Anais* XV, 48); Vestino (*Anais* XV, 49); Aneu Lucano, Senecion, Quinciano e Cevino (*Anais* XV, 70); além de outros centuriões (*Anais* XV, 48). Quanto a Pisão, este senador abriu as veias antes mesmo de ter sido constrangido por Nero (*Anais* XV, 59). Dentre as sentenças proferidas aos demais conjurados, encontramos sentenças abrandadas, já que muitos foram exilados, com seus bens confiscados, ou, ainda, simplesmente, foram perdoados ou absolvidos (*Anais* XV, 71).

Realizando um balanço geral dessa conspiração, percebemos que apesar de muitas condenações, e o decorrente aumento do número de mortes e suicídios, Nero preservou certa coerência em relação aos outros julgamentos realizados no período anterior (54- 62). Sendo que, a maioria das condenações capitais é decorrente da culpabilidade dos indivíduos na conspiração pisoniana; porém, devemos ressaltar que apenas metade dos culpados pagou com a vida.

Sendo assim, Nero ministrou a justiça com certo grau de integridade, pois, como podemos perceber na narrativa taciteana, a maioria das mortes preserva “à manutenção da ordem pública”¹⁶, ou seja, era em decorrência da preservação do poder imperial a que Nero se expôs.

CONCLUSÃO

O fato de Nero ter sido coerente em ambos os períodos, arbitrariamente selecionados, nos leva a colocar em dúvida essa fronteira na qualidade de seu governo dentro dos *Anais*. Como vimos, em um primeiro momento, Nero proferiu sentenças abrandadas que podiam lhe dar a fama de clemente; já em um segundo momento, o imperador proferiu sentenças mais pesadas, porém o

¹⁶ A manutenção da ordem pública também é muito destacada nas obras de Sêneca. Para o filósofo caberia ao imperador ordenar o eterno sobe e desce social. Mais detalhes em FAVERSANI, Fábio. *A Sociedade em Sêneca*. 2001. 209 fls. Tese (Doutorado em História Econômica). DH/FFLCH/USP.

fez em defesa do poder imperial. Contudo, devemos voltar nossa análise ao discurso inicial do imperador que, segundo Tácito, teria sido composto por Sêneca.

Nesse discurso, o imperador promete acabar com os julgamentos *intra cubiculum*, muito constantes à época do principado de Cláudio, onde os acusados não tinham a oportunidade de se defenderem. Fato que pode ser observado na primeira divisão de seu governo. Com a eclosão da conspiração pisoniana, os acusados não tiveram chances de levantar argumentos em sua defesa e, em muitos casos, os torturadores também faziam parte da conjuração contra o Imperador.

Outro fator importante é que, segundo Tácito, a conspiração pisoniana foi um reflexo das “maldades do príncipe, sobre a total decadência do império, e o quanto se fazia preciso eleger outro chefe que salvasse o Estado” (*Anais XV, 50, 1*)¹⁷.

Portanto, não devemos somente olhar para os julgamentos procurando, ou não, uma coesão nos julgamentos do Imperador. Mas sim, entender o processo pelo qual gerou esta conspiração com tantos personagens envolvidos. Enquanto, em um primeiro momento (54- 62), temos apenas acusações de conspiração e sátiras, devido à coerência do governo de Nero, em um segundo podemos verificar muitas mortes e um imperador voltado para satisfazer seus vícios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OBRAS CONSULTADAS

Fontes

TÁCITO. *Anais*. Trad. J.L. Freire de Carvalho. São Paulo: W.M. Jackson Inc. Editores, 1952 (Clássicos Jackson, Vol XXV).

SÊNECA. *Tratado sobre a Clemência*. Tradução de Ingeborg Braren. Editora Vozes: Rio de Janeiro. 1990.

Livros e artigos

ANDERSON, J.C.C. “Trajan on the Quinquennium Neronis”. *Historia*, Band XXVIII/3. Franz Steiner Verlag GmbH. Wiesbaden. 1989.

AUGUET, Roland. CAZENAVE, Michel. *Os primeiros imperadores loucos*. In. *Os imperadores loucos*. Editora Inquérito. 1995.

FAVERSANI, Fábio. *A Sociedade em Sêneca*. 209fls. Tese (Doutorado em História Econômica) DH/FFLCH/USP, 2001.

FINLEY, Moses I. *Economia e sociedade na Grécia antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. pp. 123-41.

¹⁷ Ergo dum scelera principis et finem adesse império deligendumque qui fessis rebus succurreret .

- GALVÃO, Carlos. Autocracia, ressentimento e engajamento político no Principado romano. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004. Pp. 315-332.
- GRIFFIN, Miriam. *Seneca: A philosopher in politics*. Oxford: Oxford University Press. 1992.
- GUARINELLO, Norberto Luiz; JOLY, Fábio Duarte. “Ética e ambigüidade no principado de Nero”. In: *Ética e política no Mundo Antigo*. Campinas: Unicamp, 2001. Pp. 133-152.
- HIND, J.G.F. “The Enigma of Nero’s Quinquennium”. *Historia*, Band XXIV/3. Franz Steiner Verlag GmbH. Wiesbaden. 1988.
- JOLY, Fábio Duarte. *Tácito e a metáfora da escravidão*. São Paulo: Edusp, 2004.
- JOLY, Fábio Duarte. “Suetônio e a tradição historiográfica senatorial: uma leitura da vida de Nero”. *História*, São Paulo, v.24, n.2. 2005.
- ROSTOVTZEFF, Michael Ivanovitch. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- SCULLARD. H.H. *From the Gracchi to Nero*. London: Routledge 2001.
- THORNTON, M.K. “Nero’s Quinquennium: The Ostian connection”. *Historia*, Band XXXVIII/3. Franz Steiner Verlag GmbH. Wiesbaden. 1989.

Recebido em 02/11/2008.

Aprovado em 05/12/2009.